

PARECER Nº , DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame desta Comissão, nos termos regimentais, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Almeida Lima. Seu objetivo é extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e dispor sobre a propriedade desses imóveis, revogando o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A proposta apresenta quatro artigos. O art. 1º promove a extinção do instituto do terreno de marinha e seus acrescidos. O art. 2º, dividido em cinco incisos, dispõe sobre a propriedade dos imóveis abrangidos pelo instituto abolido, nos seguintes termos:

– Continuam no domínio da União as áreas nas quais tenham sido edificadas prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração federal, inclusive instalações de faróis de sinalização náutica e as que tenham sido regularmente destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pela União.

– São transferidas ao domínio pleno dos Estados onde se situam as áreas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração estadual e as que tenham sido regularmente destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pelos Estados.

– As áreas doadas mediante lei federal continuam sob domínio pleno dos respectivos donatários.

– Passam ao domínio pleno dos Municípios as áreas que não se enquadrem nas situações anteriores, bem como aquelas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração municipal e as que estejam locadas ou arrendadas a terceiros pela União.

– São transferidas ao domínio pleno dos foreiros, quites com suas obrigações, as áreas sob seu domínio útil, mediante contrato de aforamento. Transmitem-se, também, ao domínio pleno dos cessionários as áreas que lhes foram cedidas pela União.

O art. 3º estabelece a vigência da Emenda Constitucional em cento e vinte dias a contar de sua publicação. O art. 4º revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispositivos que dispõem sobre o instituto dos terrenos de marinha.

Na justificação da Proposta defende-se que as áreas definidas como terrenos de marina, na quase totalidade dos casos, são objeto de aforamentos muito antigos, daí decorre que o valor desses imóveis já foi integralmente pago mediante sucessivos foros anuais recolhidos, quase sempre, há mais de três ou quatro dezenas de anos.

Depois de elaborado este relatório e incluída a matéria em exame na pauta de votação desta Comissão, foi concedida vista coletiva e, em 13 de maio do corrente, foi realizada audiência pública para a instrução da matéria. A transcrição das notas taquigráficas dessa audiência encontra-se às páginas 17 a 66 do processado.

II – ANÁLISE

A Proposta de Emenda à Constituição em exame atende os requisitos constitucionais de admissibilidade da tramitação de tais proposições. Subscrevem a PEC nº 53, de 2007, vinte e oito Senadores, observando-se, portanto, a exigência do art. 60, inciso I, da Constituição, de que Emendas à Constituição apresentadas no Senado Federal sejam propostas por, no mínimo, um terço dos seus membros.

Da mesma forma, são observados os limites de natureza material e formal para alteração do texto constitucional, estabelecidos nos cinco parágrafos do art. 60 da Lei Maior.

O objetivo da PEC nº 53, de 2007, é meritório, tendo em vista que não subsistem razões para a manutenção do anacrônico instituto dos terrenos de marinha. A submissão de vastas áreas litorâneas caracterizadas como terrenos de marinha ao domínio da União agrava a questão da propriedade fundiária em diversas regiões do país. De fato, terrenos de marinha ocupam grande parte da extensão territorial de muitos Municípios, inclusive em áreas densamente povoadas, o que dificulta a promoção de políticas de planejamento e desenvolvimento urbano pela administração pública local.

A solução adotada nesta proposta, de transferir, na maior parte dos casos aos Municípios, as áreas atualmente caracterizadas como terrenos de marinha, e, ao mesmo tempo, respeitar as situações já constituídas, representa uma valorização do poder local, em sintonia com o arranjo federativo brasileiro, que reconhece a relevância do papel desempenhado pelos Municípios.

A proposta não impõe prejuízo à União, que manterá seu domínio sobre os imóveis localizados em terrenos de marinha que tenham sido edificadas para abrigar órgãos federais, ou tenham sido destinados à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pela União. Disposição de semelhante teor evita danos aos Estados.

Os terrenos de marinha atualmente ocupados por particulares, a título de cessão ou aforamento, são a eles transferidos, desde que tenham cumprido suas obrigações. Trata-se de medida de patente justiça, tendo em

vista que, como exposto na justificação da proposta, os aforamentos em terrenos de marinha foram, majoritariamente, constituídos há várias décadas. Dessa forma, pode-se afirmar que o valor de tais áreas já foi revertido aos cofres públicos, por meio dos foros anuais e dos laudêmos pagos pela eventual transferência do domínio direto.

A fixação de prazo de cento e vinte dias a partir da publicação para que a presente Emenda Constitucional entre em vigor possibilita a tomada de medidas necessárias a sua correta implementação.

Tendo em vista a audiência pública para instruir a matéria, realizada em 13 de maio do corrente, constatamos a necessidade de alterar o nosso relatório que já havia sido entregue a esta Comissão com o objetivo de aperfeiçoar a proposta em exame.

Decidimos, por conseguinte, apresentar uma emenda a fim de manter no domínio da União áreas não edificadas, porém necessárias à defesa nacional, como àquelas destinadas ao treinamento militar das Forças Armadas, nos termos da lei.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental e votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, em face de seu elevado mérito, com a seguinte emenda:

EMENDA nº – CCJ

Inclua-se no inciso I da PEC nº 53, de 2007, a alínea "c" com a seguinte redação:

Art. 2º

I –

.....

c) necessárias à defesa nacional, nos termos da lei.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator